

ANFIP premia ações inovadoras na RFB

Já está no ar o hotsite do I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras, que busca valorizar o cargo de Auditor Fiscal e fortalecer a Receita Federal do Brasil. Clique [AQUI](#) e confira o regulamento e o espaço para inscrição.

O prêmio tem dois objetivos: oportunizar o surgimento de ideias e propostas inovadoras que possam incrementar, agilizar e aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos do trabalho da Auditoria Fiscal nas áreas de Tributos Internos, Previdência Social e Fiscalização Aduaneira, Regimes Próprios de Previdência Social e Previdência Complementar Fechada; e propiciar a divulgação de novos mecanismos, ferramentas e atividades que busquem o aperfeiçoamento, a capacitação e a valorização do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Podem participar os associados da ANFIP, ativos e aposentados, assim como os Auditores que vierem a se associar. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até dia 31/8. O Ações Inovadoras terá a seguinte premiação: primeiro colocado, R\$ 15 mil; segundo colocado, R\$ 10 mil; terceiro colocado, R\$ 5 mil; e quarto e quinto colocados, certificado de Menção Honrosa.

“Estamos numa era bem avançada da época em que o Código Tributário foi escrito. Vivemos o período da economia



digital. Novas maneiras de trabalhar, arrecadar, evitar a sonegação e a evasão precisam ser trazidas para o trabalho, a fim de melhorar a arrecadação do país”, ressalta o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, coordenador da Comissão Organizadora do prêmio.

O concurso foi lançado em 6 de maio, no XVII Encontro Nacional, em Florianópolis (SC), em cerimônia conduzida pelo vice-presidente e a presença do secretário da Receita Federal do Brasil, Julio Cesar Vieira Gomes.

Presidente da ANFIP e suplentes planejam atividades de integração entre associados

Na segunda-feira (16/5), o presidente Wilson Antonio Romero esteve reunido com os suplentes do Conselho Executivo da ANFIP para discutir ações direcionadas ao corpo associativo de todo o Brasil. A ideia, de acordo com o grupo, é estar presente e cativar os associados na readaptação à vida presencial, proporcionando momentos de interação e convivência entre todos.

“Gostaria de ter as ideias e a participação efetiva de todos vocês em questões que dizem respeito à ANFIP e às Estaduais. Precisamos pensar em um planejamento conjunto para integrar os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas às atividades e eventos,



considerando o retorno gradual à normalidade”, afirmou Romero.

Participaram da reunião os suplentes representantes das regiões Norte, João Alves Moreira (AC); Nordeste, Marconi de Oliveira Holanda (PI); Sul, Ailton Nagel Zanghelini (SC); e Sudeste, Márcia

Irene Cância de Mello Werneck (RJ).

No próximo mês, cada um deve apresentar as propostas a serem desenvolvidas nas regiões com o apoio da ANFIP, que também segue à disposição para receber sugestões de colegas e associados.

Entidades monitoram pautas no Congresso em defesa dos servidores
PÁGINA 2

Participe da 7ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado
PÁGINA 4

Confira as principais notícias das Estaduais da ANFIP
PÁGINAS 5 e 6

Frente do Serviço Público monitora pautas do Congresso Nacional

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público realizou mais uma reunião de trabalho na segunda-feira (16/5), a fim de avaliar a conjuntura política e discutir estratégias em defesa do serviço público. O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou do encontro.

Os dirigentes demonstraram preocupação com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 189/2021, que define o INSS como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, conferindo ao Instituto as funções de administração, gerenciamento e operacionalização do sistema. O projeto está na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Vilson Romero frisou que atualmente o INSS não tem condições de administrar os benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada, pois está com uma fila de 2,7 milhões de brasileiros esperando e já está trancando a concessão de aposentadorias da administração indireta. “Como vai dar conta de atender o RPPS? Apesar de reivindicarmos uma unidade única gestora para a União, que é o que está na Constituição, a questão não pode ser resolvida dessa forma. Ou criamos uma unidade gestora com uma estrutura adequada para que tenha agilidade ou, de fato, vamos continuar pensando”, alertou.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que



restabelece o pagamento dos quinquênios a juízes e promotores também esteve na pauta de discussão. O presidente informou que a ANFIP se empenhou na defesa e na busca de assinaturas para a emenda do senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), que visa incluir todas as categorias do serviço público no rol das contempladas (Emenda de Plenário nº 7).

O consultor parlamentar da Frente, Vladimir Nepomuceno, comunicou ainda que a Reforma Administrativa continua em andamento por meio de outros projetos em estados e municípios, apesar de a PEC 32/20 estar parada na Câmara. “É a chamada reforma silenciosa. Cria fundação, contrata pela CLT e não faz mais concurso público”, disse.

Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade prepara cartilha informativa sobre as eleições

Na terça-feira (17/5), o presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou da 3ª reunião ordinária do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, com a coordenação de Wellington Leonardo da Silva. O encontro contou com a presença de representantes de classe e de diversos movimentos sociais, além da participação da associada Rita Felicetti.

Na oportunidade, foi discutida a sistematização da Cartilha Eleitoral 2022, que tem por objetivo frisar a importância do voto e incentivar a participação popular nas eleições. Os dirigentes sugeriram temas que devem ser incorporados à cartilha, que será redigida pelo coordenador do Fórum e em seguida passará por avaliação do grupo de trabalho. Também serão abordadas as principais matérias do Congresso Nacional que são prejudiciais à sociedade e agravam a desigualdade e quais foram as posições partidárias nas votações de temas como as reformas trabalhista e previdenciária, criação do Auxílio Emergencial, entre outros.

Vilson Romero destacou a relevância da produção do



trabalho para a sociedade. “Temos que conscientizar o cidadão da necessidade de participar do processo eleitoral, pois vai permitir que ele contribua, avalie e de fato nos conduza para um novo governo e um novo parlamento”, completou.

O grupo de trabalho também debateu os detalhes da realização de um ciclo de webinários. A programação do evento será divulgada em breve.

Expediente

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

Comissão da Câmara designa relator de PL sobre unidade gestora do RPPS

O deputado Rogério Correia (PT/MG) foi designado, na quinta-feira (19/5), relator do PLP 189/2021 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O projeto estabelece que o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União terá como entidade gestora única o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O PLP define como segurados servidores públicos titulares de cargos efetivos e membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas da União, de todos os Poderes, órgãos, entidades autárquicas e fundacionais da União; e, como beneficiários, aposentados e pensionistas.

Para a ANFIP, o momento não é oportuno para a unificação da gestão dos regimes geral (RGPS) e próprio de servidores públicos (RPPS). “O INSS passa por seríssimas dificuldades tanto de pessoal quanto financeira, inviabilizando uma gestão eficiente”, avalia o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto. O dirigente ressalta que “a Associação deve participar dos debates oferecendo sugestões inovadoras”.

O consultor político Vladimir Nepomuceno lembra que a Emenda Constitucional 41/2003 proibiu a existência de mais de uma unidade gestora do RPPS em cada ente estatal, e isto já tem sido exigido de estados e municípios. “É importante consolidar no âmbito da União, envolvendo todos os Poderes e, de preferência, em uma estrutura autárquica, com gestão financeira e administrativa próprias, vinculada ao ministério responsável por todos os regimes previdenciários. Algo do qual os servidores carecem desde a instituição do RPPS”, explica.

Nepomuceno acredita que a não criação dessa estrutura, à época, deu espaço para o encaminhamento da unificação de gestão de RPPS e RGPS, como parte do processo de implantação do modelo chileno de previdência privada por capitalização individual. “É exatamente isso o que estamos observando com o encaminhamento pelo governo ao Congresso Nacional do PLP 189/2021, propondo a implantação da unidade gestora única para o conjunto dos servidores dos três Poderes da União, dentro do INSS, já responsável pela gestão do RGPS e dos RPPS da administração indireta”, afirma o consultor.

Câmara cria Comissão Especial para analisar PEC que altera sistema tributário

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), leu na quinta-feira (19/5) o ato de criação da Comissão Especial destinada a analisar o mérito da PEC 7/2020, que altera o Sistema Tributário Nacional para criar três classes de impostos: renda, consumo e propriedade. Conforme a proposta, estes tributos poderão ser cobrados, ao mesmo tempo, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A PEC é de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP).

O texto determina ainda que o imposto sobre o consumo será cobrado apenas na etapa de venda ao consumidor final da mercadoria. A PEC extingue, também, a cobrança do tributo nas operações entre empresas e a utilização da substituição tributária.

O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza dos Estados e dos Municípios alcançará as pessoas domiciliadas ou estabelecidas, respectivamente, no Estado ou no Município que os instituir, autorizando sua cobrança mediante adicionais do IR da União, que permanece, bem como permite-se a delegação à União da competência para sua arrecadação, fiscalização e cobrança, mediante convênio.

Já o imposto sobre o consumo de bens e serviços, de competência da



FOTO: PAULO SÉRGIO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

União, dos Estados e dos Municípios, será cobrado apenas nas operações realizadas entre o contribuinte e a pessoa física consumidora final do bem ou serviço e não incidirá nas operações entre pessoas jurídicas e de exportações ou vendas internacionais de qualquer espécie, sejam elas realizadas por pessoa física ou jurídica. Também não será objeto de substituição tributária.

Para o vice-presidente de Assuntos Tributários da ANFIP, Gilberto Pereira, uma nova PEC não ajuda o cenário que já foi estabelecido pela PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, e pela PEC 110/19, do Senado Federal, que tem previsão de voltar à discussão em 2023. “A PEC 7/2020 traz propostas que terão grandes dificuldades de serem aceitas, uma vez que, em busca de trazer

soluções para o sistema tributário, traz novos problemas. Um deles é que todos os entes federativos vão poder cobrar os mesmos tributos, com grandes chances de piorar a confusão jurídica existente. Outro problema é excluir o instituto da substituição tributária, e fica a pergunta: quem vai pagar o tributo?”, analisa Pereira.

Neste momento, aguarda-se a conclusão das indicações dos parlamentares que comporão a Comissão Especial. Conforme o ato lido pelo presidente da Câmara, o colegiado será instalado na próxima terça-feira (24/5), oportunidade que também será realizada a eleição para presidente e vice-presidentes.

Com informações da Queiroz Assessoria.

Mosap e entidades propõem ações em defesa de aposentados e pensionistas

O presidente da ANFIP, Wilson Antonio Romero, e os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) participaram da reunião do Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), na quinta-feira (19/5), para debater ações unificadas em defesa da categoria.

Em sua exposição, Wilson Romero deu sugestões de atuação on-line, voltadas para site e redes sociais, e colaborações envolvendo a campanha junto aos presidentes; além de ressaltar a importância de acompanhar de perto a agenda do Congresso Nacional, principalmente em ano eleitoral.

A exemplo disso, o presidente afirmou ser essencial a presença das entidades de classe na Mesa Redonda da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, prevista

para acontecer no dia 26 de maio, a partir das 9h. Segundo Romero, na ocasião, serão apresentadas e debatidas demandas da sociedade civil organizada, o que permitirá ao Mosap propor ideias e dar voz aos anseios dos servidores aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

Coordenando o grupo, Edison Haubert, presidente do Movimento, agradeceu as contribuições da ANFIP e parabenizou seus representantes pela amplitude e qualidade do XVII Encontro Nacional, frisando a necessidade de mais eventos como este e de ter cada vez mais apoio e participação ativa das entidades na luta.

A reunião contou ainda com a presença do presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi, também na posição de diretor de Comunicação do Mosap.

Participe da 7ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado

Realizada pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), com o apoio da ANFIP e das demais entidades parceiras, a Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado terá sua 7ª edição no dia 24/5, das 9h às 19h, com transmissão pelo canal do Fonacate no YouTube ([aqui](#)).

“Rumo ao Estado Necessário” é a temática do evento, que contará com a participação de diversos especialistas. Os painéis abordam temas como: “Serviço e Servidores Públicos no Século XXI” e “Agenda para a Reconstrução do Estado: o servidor público como protagonista da transformação social”. Ainda durante o evento, será lançada a nova publicação do Fonacate: “Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil”, que contém as últimas edições da série Cadernos da Reforma Administrativa. Os arquivos também estão disponíveis no hot site organizado pela ANFIP, com amplo material técnico sobre a reforma: www.anfip.org.br/reforma-administrativa.

Para participar, e garantir a emissão do certificado, é

necessário fazer a inscrição no site do Fonacate [AQUI](#).

Confira a programação completa [AQUI](#).

ÇÃO FISCAL

RFB deflagra operação de combate a falsificados na capital paulista

A Receita Federal deflagrou, na terça-feira (17/5), a operação “Da Cabeça aos Pés 2”, na região central da cidade de São Paulo. A ação se concentra em uma loja na região do Brás onde são vendidos produtos importados falsificados, de calçados a bonés, o que motiva o nome da operação. A expectativa é apreender mercadorias que podem chegar a R\$ 5 milhões em valor de mercado.

A Prefeitura de São Paulo apoia a ação por meio da Subprefeitura da Mooca, auxiliando a logística de remoção dos produtos, e da Guarda Civil Metropolitana, que preserva o perímetro do local garantindo a segurança das diligências. Após a conclusão da ação, a Receita Federal representará à Prefeitura pela cassação do alvará de funcionamento e interdição do estabelecimento infrator, na forma da Legislação Municipal.

As práticas identificadas pela instituição lesam os

comerciantes, importadores e produtores brasileiros que atuam na legalidade, subtraem os empregos legítimos e sonham tributos, que deixam de ser recolhidos aos cofres públicos. São violados direitos autorais e de marcas, desestimulando o investimento por empreendedores legítimos no Brasil. Há ainda notória violação de direitos dos consumidores com produtos clandestinos e que não atendem aos requisitos de segurança.

Além da perda das mercadorias apreendidas, gerando milhões em prejuízo para o crime organizado, os responsáveis serão representados pelos crimes de contrabando e outros afins.

Esta é a segunda edição da operação “Da Cabeça aos Pés”. A primeira foi realizada pela Receita Federal em 2021 e resultou na apreensão de mais de mil volumes de calçados e bonés falsificados.

Fonte: Receita Federal

Receita Federal no Aeroporto de Brasília apreende mais de 200 kg de drogas desde janeiro deste ano

Desde janeiro deste ano, os Auditores Fiscais e os Analistas Tributários da Receita Federal no aeroporto de Brasília, com a utilização de técnicas de pesquisa e investigação e diversos tipos de tecnologia, já interceptaram mais de 200 kg de droga:

- 138,34 kg de cocaína
- 54,35 kg de skunk
- 100 g de haxixe
- 12,1 kg de metanfetamina
- 1,6 kg de ecstasy
- 30 frascos de cetamina
- 319 unidades de anabolizantes
- 25 frascos de botox

As apreensões de drogas realizadas pela Receita Federal no Aeroporto de Brasília são consequência direta dos trabalhos de rotina dos seus servidores na inspeção de bagagens de voos domésticos, de encomendas postais que transitam pelo armazém dos Correios no aeroporto, bem como da análise de risco de viajantes internacionais, que permite à fiscalização atuar no monitoramento e inspeção de viajantes e bagagens de maior risco, sem interferir no fluxo dos viajantes comuns.

Para a realização desses trabalhos e a identificação de itens proibidos nas bagagens e cargas, os servidores da instituição contam com o apoio de equipamentos de raios-x, espectrômetro de massa, narcotestes, sistemas de vigilância eletrônica/CFTV, e o valioso apoio de duas equipes K9, com os cães de faro Roxy, de 8 anos de idade, e Bruce, de 2 anos.

Apenas na última semana, a Receita Federal identificou quatro relevantes eventos de tráfico de drogas no Aeroporto de Brasília:

- 09/05/2022 - Mulher de 27 anos com destino à Europa foi selecionada na análise de risco dos servidores da Receita Federal e impedida de embarcar para a Europa com 19,865 kg de cocaína escondidos em fundo falso da mala;

- 10/05/2022 - Em trabalho de fiscalização de rotina, servidores identificaram bagagem de um passageiro de 30 anos que embarcou em Porto Velho e realizaria a entrega de 11 kg de cocaína em Maceió, não fosse a forte vigilância realizada pelos agentes

aduaneiros no Aeroporto de Brasília, onde o passageiro estava em conexão quando interceptado;

- 12/05/2022 - Peruano foi selecionado pela análise de risco realizada pelos servidores da Receita Federal e flagrado tentando levar 13,7 kg de variante da “cocaína preta” para a Europa;

- 14/05/2022 - Cinco passageiros de um mesmo voo com origem em Porto Velho e destino a João Pessoa foram identificados pela Receita Federal na conexão em Brasília, tentando levar um total de 57 kg de cocaína em suas bagagens.

A Receita Federal monitora e está sempre atenta às novas formas e procedimentos adotados pelos traficantes e trabalha com precisão no combate aos ilícitos para desarticular o crime organizado. A droga retirada de circulação deixará de alimentar o tráfico de drogas, que está intimamente ligado à violência, homicídios, crimes patrimoniais, agressões e inúmeros outros males que afetam a sociedade.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAIS

ANFIP-RJ reúne associados em palestra sobre inteligência positiva

A ANFIP-RJ promoveu, dia 12/5, a palestra “Inteligência Positiva”, ministrada na sede da Entidade, no Rio de Janeiro, pela integrante do Conselho Fiscal da Estadual Márcia Irene Werneck, também suplente representante da região Sudeste no Conselho Executivo da ANFIP. O conteúdo foi transmitido ao vivo no Youtube e está disponível [AQUI](#).

“Quero agradecer demais a oportunidade. Todos nós temos condições de chegar aqui e darmos o nosso melhor. É hora de a gente se doar para a nossa ANFIP-RJ, para a nossa ANFIP nacional e para os nossos amigos, porque juntos somos mais fortes!”, afirmou Márcia durante sua participação.

Na ocasião, ainda esteve presente, representando o Conselho Executivo da ANFIP, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo



Gonçalves Ferreira, que também é diretor de Administração, Patrimônio e Orçamento da ANFIP-RJ. José Arinaldo fez o encerramento da palestra, agradecendo a participação e a interação de todos.

Após as explicações, foram

sorteadas, presencialmente, unidades do livro “Inteligência positiva: Por que só 20% das equipes e dos indivíduos alcançam seu verdadeiro potencial e como você pode alcançar o seu”, de Shirzad Chamine.

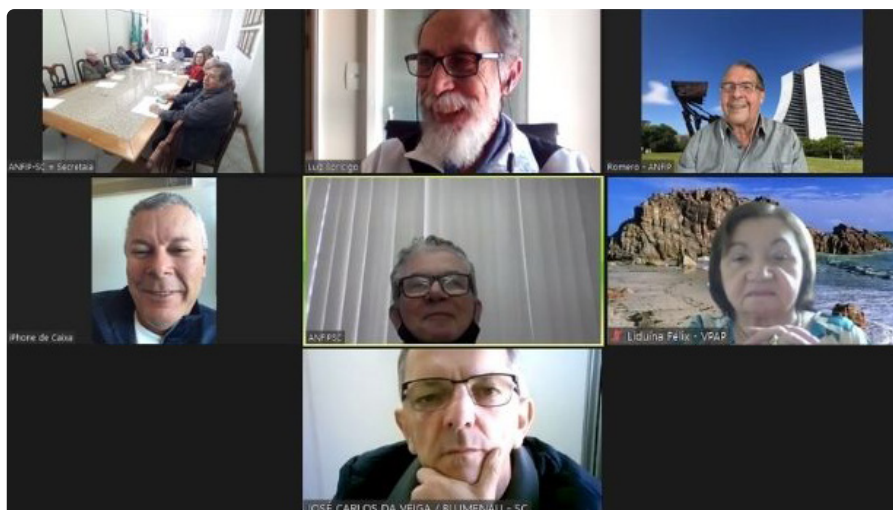
ANFIP incentiva retorno gradual das atividades sociais em Santa Catarina

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, e os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Antônio Carlos Silveira (Planejamento e Controle Orçamentário) estiveram em reunião com os diretores da ANFIP-SC, na terça-feira (17/5), para discutir demandas e anseios dos associados do estado.

Na oportunidade, Vilson Romero agradeceu a acolhida dos catarinenses na realização do XVII Encontro Nacional e se colocou à disposição, assim como os demais membros do Conselho Executivo, para receber propostas de ações e eventos voltados ao quadro social da Estadual. “Esta é mais uma das iniciativas do Conselho Executivo de conversar com as regionais. Acho que é muito importante este contato porque nós temos um feedback das necessidades dos associados”, explicou.

Liduína Félix também se pronunciou, informando as ações que estão sendo desenvolvidas pela ANFIP desde o início da gestão, que incluem materiais informativos, lives comemorativas, webinários técnicos e outros projetos, como o Guia do Associado, o Informativo Jurídico, o retorno da emissão da Carteira de Aposentado e novas descobertas no “Talentos da Família ANFIP”.

“Estamos aqui para dar às Estaduais a oportunidade de realizar projetos para aumentar o vínculo dos associados com a nossa Entidade. Queremos essas e outras ideias para cativar esta ligação e estar sempre perto do Auditor Fiscal ativo, aposentado e pensionista. Que ele sinta orgulho e satisfação em fazer parte desta



família, cada vez mais unida e forte. Acho que estamos no caminho certo!”, compartilhou Liduína. A vice-presidente deixou, ainda, um convite especial ao associado aposentado e pensionista, para que participe das mobilizações e assembleias em defesa da categoria, com o objetivo de dar voz às necessidades do grupo.

De acordo com Romero, cada estadual é um foco de demandas do corpo associativo, uma chance de criar um canal de comunicação ativa com a classe, que deve ser atentamente acompanhada. “O que nós pudermos fazer para que os associados de Santa Catarina, e de todos os outros estados, se sintam integrados e devidamente assistidos, vamos fazer. Além disso, como vamos retomar as atividades presenciais em Brasília, gostaríamos de incentivar este movimento também por parte das Estaduais, auxiliando os associados no processo de retomada à

normalidade”, afirmou o presidente.

Pela ANFIP-SC, estiveram presentes o presidente, Floriano José Martins; a vice-presidente, Cleusa Maria Scherer; e os diretores Marfizio Pacheco da Rosa (Jurídico); José Carlos Nogueira Ribeiro (Cultura, Imprensa e Divulgação); Marcos Ricardo Mariot (Relações Interassociativas); Valério Martins (Aposentados e Pensionistas); Rogério Jorge Fernandez (adjunto – Aposentados e Pensionistas); Romelândia Silvestre Pfitzenreuter (Social); João Cunha da Silva (Tecnologia da Informação); e Manoel José da Silva (Esportes).

Também pela Estadual, participaram os membros do Conselho Fiscal Gládis Érica Richter, José Augusto Baasch Luz e Terezinha Wigger Schuelter; bem como os representantes regionais de Santa Catarina José Carlos da Veiga (Blumenau), Ivete Jazenski da Silva (Itajaí) e Luiz Spricigo (Lages); além do tesoureiro Luiz Carlos Aguiar da Silva.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800-932-0000 – Ramal: 4199

SECRETARIA ANFIP

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA ANFIP

E-mail: presidencia@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

SETOR JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

SETOR DE CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br